

# Delga Indústria e Comércio S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Delga Indústria e Comércio S.A.**  
Diadema - SP

### Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras da Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos 1 a 3 e dos efeitos dos assuntos 4 e 5, se houver, descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Delga Indústria e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de estoques de produtos acabados e produtos semi acabados, os montantes de R\$ 9.471 mil e R\$ 16.393 mil (R\$ 8.478 mil e R\$ 12.270 mil em 2015), respectivamente, e custo de produtos vendidos reconhecido no exercício no montante de R\$ 321.113 mil (R\$ 326.745 mil em 2015). Apesar da existência de um sistema integrado entre o módulos de estoque e contábil, existem certas limitações no sistema que não permitem a geração de relatórios subsidiários do custeio, o que nos impossibilitou obtermos as evidências de auditoria necessárias para concluirmos que a valorização dos estoques e os parâmetros utilizados pelo sistema na formação do custo de produção são apropriados. De acordo com a legislação fiscal, para que um sistema seja considerado integrado e coordenado com a contabilidade é necessário, dentre outros requerimentos, que a escrituração esteja apoiada em livros auxiliares, fichas, folhas contínuas, ou mapas de apropriação ou rateio coincidentes com aqueles constantes da escrituração principal. Portanto, devido às limitações acima descritas, não está descartada a possibilidade do fisco vir a descaracterizar que a Companhia esteja cumprindo com este

requisito, assim, os referidos estoques deveriam ser mensurados utilizando os critérios arbitrados pela legislação fiscal. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques de produtos acabados e semi acabados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa nos exercícios findos nessas datas.

2. Conforme nota explicativa nº 6, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de estoques o montante de R\$ 39.981 mil, representados por matéria-prima, produtos semi-acabados e produtos acabados (R\$ 30.871 mil em 2015 representado pelos estoques de produtos semi-acabados e acabados). Considerando os possíveis efeitos da ressalva anterior e pelo fato que até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Companhia não havia elaborado análise sobre o valor realizável líquido dos itens dos estoques para determinar se uma provisão para redução ao valor recuperável desses ativos era apropriada, não nos foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas.
3. Conforme nota explicativa nº 9, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 apresenta na rubrica de imobilizado o montante de R\$ 208.311 mil (R\$ 213.181 mil em 2015). Diante do cenário econômico atual, as operações da Companhia foram afetadas de forma relevante e por conta disso, houve a redução substancial dos níveis de produção e de vendas da Companhia, o que evidencia que os ativos podem estar registrados por valores superiores aos seus respectivos valores recuperáveis. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização e se houver, determinar o valor recuperável para apurar a perda a ser reconhecida. Até a data de conclusão dos nossos trabalhos a Companhia não elaborou a referida avaliação. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes na rubrica de imobilizado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como nos demais elementos componentes das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas.
4. Conforme nota explicativa nº 11, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (índices financeiros - Covenants) do Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) em 31 de dezembro de 2016 devido ao fato dela não ter cumprido com o prazo para a divulgação das demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social encerrado previsto no item 5.3.1.1 do inciso (iii) da Escritura apurado em 31 de dezembro de 2016 e obteve o waiver dos debenturistas após o exercício social, fato esse que acarretou o vencimento antecipado da obrigação no montante de R\$ 82.199 mil, dos quais R\$ 54.450 mil estão classificados no passivo não circulante (R\$ 72.450 mil em 2015). De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando que a Companhia não detinha o direito incondicional de postergar a liquidação da obrigação em pelo menos doze meses após essa data, a obrigação deveria ter sido integralmente classificada naquela data para o passivo circulante. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante a menor em R\$ 54.450 mil, respectivamente (R\$ 72.450 mil em 2015, respectivamente).

5. Conforme nota explicativa nº 14, o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2016, apresenta na rubrica Obrigações fiscais e tributárias o montante de R\$ 39.681 mil, dos quais R\$ 17.143 mil refere-se ao PIS e a COFINS. A Companhia não efetuou o recolhimento mensal desses tributos, nem reconheceu os respectivos encargos financeiros e multas de mora em 31 de dezembro de 2016, no montante de aproximadamente R\$ 6.000 mil. Em decorrência desse assunto, o saldo de obrigações fiscais e tributária no passivo circulante da Companhia em 31 de dezembro de 2016 encontra-se a menor R\$ 6.000 mil, o patrimônio líquido a maior em R\$ 6.000 mil e o prejuízo do exercício findo naquela data a menor em R\$ 2.792 mil, líquido dos efeitos tributários.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

#### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

#### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de



não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Cristiano Seabra Di Girolamo  
Contador CRC BA-017826/O-4

## Delga Indústria a Comércio S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo	Nota	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.178	10.964	Empréstimos e financiamentos	10	24.982	27.886
Contas a receber de clientes	5	17.114	28.748	Debêntures	11	27.749	9.636
Estoques	6	49.941	47.328	Fornecedores	12	36.681	42.015
Ativo fiscal corrente	7	6.207	9.993	Obrigações trabalhistas e sociais	13	17.156	24.630
Outros créditos		406	593	Obrigações fiscais e tributárias	14	39.681	29.778
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>77.846</b>	<b>97.626</b>	Parcelamentos de impostos	15	15.596	10.001
Empréstimos à partes relacionadas	8	4.055	3.836	Outras contas a pagar		273	478
Ativo fiscal não corrente	7	12.508	13.964	Adiantamento de clientes	16	15.865	14.756
Depósitos judiciais	17	2.670	2.117	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>177.983</b>	<b>159.180</b>
Outros créditos		123	123	Empréstimos e financiamentos	10	50.633	51.986
Total do realizável a longo prazo		19.356	20.040	Debêntures	11	54.450	72.450
Imobilizado	9	208.311	213.181	Parcelamentos de impostos	15	40.135	31.831
Intangível		355	355	Passivo fiscal diferido	23	1.198	1.323
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>228.022</b>	<b>233.576</b>	Provisão para perda em processos judiciais	17	1.468	1.468
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>147.884</b>	<b>159.058</b>
				<b>- Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)</b>			
				Capital social	18	49.438	49.379
				Prejuízo acumulado		(69.437)	(36.415)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(19.999)</b>	<b>12.964</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>325.867</b>	<b>318.238</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>305.868</b>	<b>331.202</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>305.868</b>	<b>331.202</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Delga Indústria a Comércio S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	2016	2015
Receita líquida	19	331.688	345.684
Custos dos produtos vendidos	20	<u>(321.113)</u>	<u>(326.745)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>10.575</u>	<u>18.939</u>
Despesas administrativas e gerais	21	(16.630)	(19.019)
Outras receitas operacionais		2.460	1.240
Outras despesas operacionais		<u>(40)</u>	<u>(219)</u>
<b>Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos</b>		<u>(3.635)</u>	<u>941</u>
Receitas financeiras	22	6.955	2.484
Despesas financeiras	22	<u>(36.466)</u>	<u>(30.723)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		<u>(29.511)</u>	<u>(28.239)</u>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		(33.146)	(27.298)
Imposto de renda e contribuição social	23	<u>124</u>	<u>131</u>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<u><u>(33.022)</u></u>	<u><u>(27.167)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# **Delga Indústria a Comércio S.A.**

## **Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	(33.022)	(27.167)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(33.022)</u>	<u>(27.167)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Delga Indústria a Comércio S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

		<u>Reserva de lucros</u>					
	Nota	Capital social	Reserva legal	Lucros retidos	Total da Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2015</b>		39.379	472	7.765	8.237	(17.485)	30.131
Aumento de capital social		10.000	-	-	-	-	10.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(27.167)	(27.167)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<u>49.379</u>	<u>472</u>	<u>7.765</u>	<u>8.237</u>	<u>(44.652)</u>	<u>12.964</u>
Aumento de capital social	18	59	-	-	-	-	59
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(33.022)	(33.022)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<u>49.438</u>	<u>472</u>	<u>7.765</u>	<u>8.237</u>	<u>(77.674)</u>	<u>(19.999)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Delga Indústria a Comércio S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Prejuízo antes dos impostos	(33.146)	(27.298)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	10.303	10.518
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	24.839	18.141
Custo residual na baixa de ativo imobilizado	2.136	327
	4.132	1.688
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>(Aumento)/diminuição dos ativos</b>		
Contas a receber de clientes	11.634	(16.663)
Estoques	(2.613)	3.560
Ativo fiscal corrente e não corrente	5.242	4.689
Outros créditos	187	200
Depósitos judiciais	(553)	(160)
<b>(Aumento)/diminuição dos passivos</b>		
Fornecedores	(5.334)	5.403
Obrigações trabalhistas e sociais	(7.474)	8.619
Obrigações fiscais e tributárias e parcelamentos de impostos	23.802	33.481
Adiantamento de clientes	1.109	7.316
Outras contas a pagar	(205)	(56)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>29.927</u>	<u>48.077</u>
Juros pagos	<u>(8.934)</u>	<u>(10.337)</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<u>20.993</u>	<u>37.740</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Empréstimos à partes relacionadas	(219)	(880)
Aquisição de intangível	-	(19)
Aquisição de imobilizado	<u>(7.569)</u>	<u>(9.412)</u>
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimento</b>	<u>(7.788)</u>	<u>(10.311)</u>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>		
Empréstimos, financiamentos e debêntures captadas	11.724	37.405
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagas	(31.774)	(67.687)
Contas a pagar à partes relacionadas	-	(40)
Aumento de capital	<u>59</u>	<u>10.000</u>
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>	<u>(19.991)</u>	<u>(20.322)</u>
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(6.786)</u>	<u>7.107</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	10.964	3.857
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>4.178</u>	<u>10.964</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Delga Indústria e Comércio S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de agosto de 1968 que tem como atividades principais a estamparia de metais em geral, fabricação de peças e acessórios para automóveis, caminhões, tratores e linha branca.

Sua sede está localizada à rua Álvares Cabral, nº 1.559, no Município de Diadema, estado de São Paulo, com filiais nos municípios de São Paulo e Ferraz de Vasconcelos, ambos no Estado de São Paulo e também em São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

#### **Planos de ação em andamento pela Companhia**

Com a retração do mercado devido a crise econômica em que se encontra o país, a indústria automobilística reduziu sua produção média em 11,2%. Tal fato afetou significativamente as vendas da Companhia nos últimos 2 anos, com redução média de R\$ 49.248 mil. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$ 33.022 (R\$ 27.167 em 2015) e naquela data apresentou deficiência de capital de giro no montante de R\$ 98.019 (R\$ 101.585 em 31 de dezembro de 2015). Para a reversão dessa situação a Administração tem adotado várias medidas, sendo que as principais são:

- Adequação do quadro de profissionais em virtude das novas condições de mercado, com redução de turnos da fábrica e de jornada de trabalho de 10% a 15% das unidades;
- Novos projetos ganhos para início de produção em 2017/2018 no montante de R\$ 133 milhões para os próximos 3 anos;
- Redução de custos fixos com renegociação de contratos de manutenção e locação.
- Possibilidade de aproveitamento de créditos fiscais existentes;
- Injeção de recursos financeiros com a desmobilização de ativos;
- Redução dos investimentos na planta anteriormente previstos;
- Renegociação de clientes para alinhamento de preços e redução do prazo médio de recebimento em 7 dias; e
- Renegociação com os bancos, buscando o alongamento da dívida.

### **2 Base de preparação**

#### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 30 de maio de 2017.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas brasileiras exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos críticos**

Não houve julgamentos críticos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham gerado efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - Contas a receber de clientes - Reconhecimento e mensuração de provisões para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota explicativa nº 9** - Ativo imobilizado - Definição de vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado; e
- **Nota explicativa nº 17** - reconhecimento e mensuração de provisões para perdas em processos judiciais - Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de saída de recursos.

**3 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

**a. Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

**b. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**(iii) Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(iv) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração**

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado não derivativos: aplicações financeiras.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros afins. A Empresa considera equivalentes de caixa, as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em até 90 dias, a contar da data da contratação.

(v) **Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

(vi) **Ativos e passivos financeiros derivativos**

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

c. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição desses estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

d. **Imobilizado**

**Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Os custos de empréstimos atribuíveis ao imobilizado em andamento são capitalizados durante a

fase de construção do ativo de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20(R1) - Custos de empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	20 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Benfeitorias em imóveis terceiros	25 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **e. Ativos intangíveis**

### **Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

### **Amortização**

Amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	1- 5 anos
----------	-----------

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data do balanço e ajustados caso seja apropriado.

## **f. Redução ao valor recuperável (Impairment)**

### **(vii) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, são avaliados em cada data do balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao seu valor recuperável.



Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao grupo em condições que o grupo não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

*Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado*

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

**(viii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, devem ser revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as

avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

**g. Demais ativos circulantes e não circulantes**

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

**h. Benefício a empregados**

***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**i. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**j. Arrendamentos**

**(i) *Ativos arrendados***

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

**(ii) *Pagamentos de arrendamentos***

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são

alocados entre despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

**k. Demais passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

**l. Capital social - Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

**m. Receita operacional**

***Venda de bens***

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

O momento da transferência dos riscos e benefícios ocorre quando o produto é entregue nas instalações do cliente.

***Serviços prestados***

A Companhia reconhece a receita com prestação de serviços com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no percentual de execução dos trabalhos.

**n. Receitas e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receitas de juros sobre aplicações financeiras, descontos obtidos, variações monetárias e cambiais ativas; e
- Despesas com juros e encargos sobre empréstimos e impostos parcelados, variações monetárias e cambiais passivas e taxas bancárias.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**o. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

**(i) *Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente***

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

**(ii) *Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido***

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**p. *Novas normas e interpretações ainda não efetivas***

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia ainda não analisou os potenciais impactos da adoção destas novas normas e não planeja adotá-las de forma antecipada.

***IFRS 9 (CPC 48) - Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9 (CPC 48) substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 (CPC 48) inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 (CPC 48) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs.

A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

***IFRS 15 (CPC 47) - Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 (CPC 47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 (CPC 47) substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) - Receitas, CPC 17 (IAS 11) - Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 (CPC 47) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de

janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia está avaliando o potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

***IFRS 16 - Leases (Arrendamentos)***

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Não há outras normas ou interpretações que impactem as demonstrações financeiras da Companhia de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa	22	22
Bancos conta movimento	2.011	8.178
Aplicações financeiras	<u>2.145</u>	<u>2.764</u>
	<u>4.178</u>	<u>10.964</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras estão compostas por aplicações em fundos de investimento de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), com remunerações médias de 95% a 101% (95% a 101% em 2015) dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs). As aplicações em CDB podem ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

A análise de exposição da Companhia a riscos de crédito está demonstrada na Nota explicativa nº 25.

## 5 Contas a receber de clientes

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Clientes nacionais	17.087	28.209
Clientes estrangeiros	647	1.159
	17.734	29.368
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(620)	(620)
	17.114	28.748

A Companhia vende produtos e componentes para empresas de grande porte e substancialmente no setor automotivo, com a seguinte participação percentual e concentração por cliente abaixo demonstrada:

<b>Cliente</b>	<b>% de Concentração</b>
Volkswagen	33,12%
General Motors	23,40%
Scania	12,31%
Mercedes Benz	6,39%
Outros	24,78%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

Para reduzir o risco de crédito, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelece limite individual de crédito e acompanha permanentemente o saldo devedor dos mesmos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada com base na análise individual de riscos dos créditos, que contempla histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, e as respectivas garantias reais recebidas.

A abertura das contas a receber de clientes nacionais e estrangeiros pode ser assim demonstrada:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
A vencer	12.889	18.477
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	3.221	7.413
de 31 a 90 dias	477	2.307
de 91 a 180 dias	55	259
há mais de 180 dias	1.092	912
	4.845	10.891
	17.734	29.368

### **Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	(620)	(620)
Constituição	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo final	<u>(620)</u>	<u>(620)</u>

Não há contas a receber da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## **6 Estoques**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Produtos acabados	9.471	8.478
Produtos semi acabados	16.393	12.270
Matérias-primas	14.117	10.123
Materiais de consumo auxiliares e outros	1.275	1.066
Ferramentais em construção	4.830	6.415
Adiantamento a fornecedores	<u>3.855</u>	<u>8.976</u>
	<u>49.941</u>	<u>47.328</u>

Não há estoques da Companhia dados em garantia de dívidas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## **7 Ativo fiscal corrente e não corrente**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
IPI a recuperar	1.700	1.204
ICMS a recuperar	10.328	12.392
IRPJ a compensar	297	215
Crédito extemporâneo (i)	1.511	6.813
ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado	2.027	2.885
PIS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	378	19
COFINS a recuperar sobre aquisição de imobilizado	2.145	159
Outros	<u>329</u>	<u>270</u>
	<u>18.715</u>	<u>23.957</u>
Circulante	6.207	9.993
Não Circulante	12.508	13.964

- (i) Em 2014 houve o levantamento de créditos tributários IPI, IRPJ, CSLL e PIS/COFINS não aproveitados nos últimos 5 anos (período de 2011 a 2015) que resultou na contabilização de créditos extemporâneos.

## **8 Transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações mantidas com sua controladora, coligadas, acionistas e demais profissionais-chave da Administração.

As principais operações efetuadas durante o exercício são demonstradas no quadro a seguir:

**a. Ativo circulante**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Empréstimos:</i>		
Tamet Estamparia Pesada Ltda.	1.800	1.794
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda.	<u>2.255</u>	<u>2.042</u>
	<u>4.055</u>	<u>3.836</u>

Refere-se a empréstimos de mútuo para cobertura de caixa sem prazo de vencimento e com taxa de juros de 0,94% a.m. para a Tamet e 0,99% a.m. para a Fobrasa.

**b. Passivo circulante**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Fonecedores:</i>		
Fobrasa Comércio de Maquinas Ltda.	<u>162</u>	<u>86</u>
	<u>162</u>	<u>86</u>

Saldo de obrigações pelo aluguel de instalações conforme condições específicas acordadas entre as partes. Ver quadro abaixo.

**c. Resultado**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>Custos e despesas:</i>		
Delga Participações S.A. (i)	2.343	3.249
Fobrasa Com. de Máquinas Ltda. (ii)	373	372
Tamet Estamparia Pesada Ltda. (iii)	<u>231</u>	<u>279</u>
	<u>2.947</u>	<u>3.900</u>

- (i) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora pelas filiais de Diadema e Ferraz de Vasconcelos com vencimento em outubro e junho de 2016 e atualização com base no ICV/Diese e IGPM, respectivamente
- (ii) Refere-se a custo com aluguel de instalações junto a controladora com vencimento em novembro de 2016 e atualização com base no INPC/IBGE.
- (iii) Refere-se a serviços de estampaia contratados em condições de mercado.

**Controladora**

A controladora da Companhia é a Delga Participações S.A., que detêm 100% das ações que representam o seu capital social.



### Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2016 a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção e o Conselho de Administração, totalizou R\$ 1.116 (R\$ 945 em 2015) registrados no grupo de despesas administrativas e inclui salários, remunerações variáveis e benefícios diretos e indiretos.

## 9 Ativo imobilizado

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro a seguir:

### a. Custo

	31/12/15	Adições	Baixas	Transferencia	31/12/16
Terrenos	1.691	-	-	-	1.691
Edifícios	15.154	-	-	-	15.154
Instalações	17.065	-	-	1.196	18.261
Máquinas e equipamentos	176.218	1.219	(115)	2.815	180.137
Móveis e utensílios	1.444	-	-	8	1.452
Veículos	1.968	-	(200)	(16)	1.752
Equipamentos CPD	2.873	-	(2)	-	2.870
Aparelhos e acessórios	6.231	20	-	-	6.250
Benfeitorias em imóveis	696	-	(2.101)	55.165	53.760
Veículos industriais	478	-	-	15	493
Instalações administrativas	326	-	-	-	326
Embalagens Industriais	5.581	143	-	-	5.724
Ferramentas	873	-	-	(41)	832
Imobilizações em andamento	67.338	6.187	(7)	(59.142)	14.377
	<u>297.936</u>	<u>7.569</u>	<u>(2.425)</u>	<u>-</u>	<u>303.079</u>
Total do custo					

### b. Depreciação e amortização

	Taxa de depreciação/ amortização % a.a.	31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Edifícios	4	(5.894)	(663)	-	(6.557)
Instalações	10	(8.556)	(1.001)	(7)	(9.564)
Máquinas e equipamentos	5	(60.355)	(7.072)	72	(67.355)
Móveis e utensílios	10	(1.022)	(79)	-	(1.101)
Veículos	20	(1.285)	(148)	205	(1.228)
Equipamentos CPD	20	(2.562)	(134)	1	(2.695)
Aparelhos e acessórios	10	(3.223)	(573)	-	(3.796)
Veículos industriais	20	(477)	-	(15)	(492)
Embalagens Industriais	10	(557)	(568)	-	(1.125)
Instalações administrativas	20	(125)	(26)	-	(151)
Ferramentas	10	(699)	(38)	33	(704)
Total da depreciação		<u>(84.755)</u>	<u>(10.302)</u>	<u>289</u>	<u>(94.768)</u>
<b>Imobilizado líquido</b>		<u>213.181</u>	<u>(2.734)</u>	<u>(2.136)</u>	<u>208.311</u>

A Companhia efetuou avaliação da vida útil-econômica dos itens do ativo imobilizado e concluiu que as taxas de depreciação e amortização utilizadas estão adequadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha imóveis dados em garantia de debêntures, no valor líquido contábil de R\$ 9.023.

Os custos de capitalização de empréstimos oriundos de imobilização incorridos no exercício findo de 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 2.638 (R\$ 12.871 em 2015).

## 10 Empréstimos e financiamentos

A composição do saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 está assim demonstrada:

<b>Instituição</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Moeda</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Taxa de juros</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Bradesco e Banco do Brasil	Finame	Reais	15/01/2020	2,50% a 8,70% a.a.	14.564	19.500
Citibank, Santander, Banco do Brasil e Bradesco		Reais	15/09/2021			
Banco do Brasil	Capital de giro	Dólar	15/08/2017	4,17% a.a. + SELIC	31.697	22.102
Banco do Brasil	Capital de giro			LIBOR 0,15% a 0,75% a.a.	2.678	6.284
BNDES	Capital de giro	Reais	05/08/2017	4,17% a.a. + SELIC	26.676	31.986
<b>Total</b>					<b><u>75.615</u></b>	<b><u>79.872</u></b>
Passivo circulante					24.982	27.886
Passivo não circulante					50.633	51.986

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

<b>Ano</b>	<b>2016</b>
2018	23.416
2019	12.191
2020	8.620
2021	6.406
	<b><u>50.633</u></b>

### Garantias

As linhas de financiamentos possuem como garantia os próprios bens, notas promissórias e aval dos acionistas controladores.

## 11 Debêntures

As principais características das debêntures privadas não conversíveis em ações são:

Em 14 de abril de 2014 foi efetuada a 2ª emissão das debentures com a liquidação da 1ª emissão

Classificação da emissão:	2ª emissão
Data da emissão:	14 de abril de 2014
Data final da liquidação:	14 de maio de 2019
Quantidade:	900
Valor total da emissão:	R\$90.000
Espécie:	A definir, em comum acordo entre as Partes, devendo ser, pelo menos, da espécie quirografária e nunca subordinada.
Forma :	Não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de certificado
Remuneração mensal :	Série I - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,23% a.a.
Pagamento da remuneração mensal:	Série II - Taxas médias dos depósitos interbancários (CDI) +4,27% a.a.
Pagamento do principal:	Mensalmente, a partir de 12 de maio de 2015. R\$90.000 serão pagos em 48 parcelas iguais e mensais a partir de 12/05/2015, junto com a remuneração mensal.
Garantias :	Fiança da controladora, da coligada e dos acionistas da Companhia e imóveis próprios e de empresas ligadas.
Obrigações adicionais - Índices financeiros (testados todo final de ano):	Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 3,00 em 2014. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,75 em 2015. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,50 em 2016. Dívida líquida/EBITDA igual ou menor a 2,25 de 2017 a 2019 .
Obrigações adicionais - Outras	Não transformar a sociedade em limitada (Ltda.), não efetuar pedido de recuperação judicial ou falência, entre outros.

As debêntures estão classificadas nas demonstrações financeiras pelo seu valor original, acrescido da remuneração mensal e deduzido do valor dos custos necessários da transação, conforme novas práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão segregados entre curto e longo prazos, com vencimento final em 12/05/2019, conforme seguem:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Parcela de curto prazo	27.749	9.636
Parcela de longo prazo	<u>54.450</u>	<u>72.450</u>
Total	<u>82.199</u>	<u>82.086</u>

O escalonamento da dívida de longo prazos está assim demonstrado:

<b>Período</b>	<b>2016</b>
2018	29.891
2019	<u>24.559</u>
	<u>54.450</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia incorreu em custos de captação no montante de R\$ 3.147 (R\$ 3.106 mil em 2015) os quais foram reconhecidos conforme definições do Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **Garantias**

Foram dados em garantia das debêntures imóvel no valor líquido contábil de R\$ 9.023 em 31 de dezembro de 2016.

### **Cláusulas restritivas**

Os covenants relacionados aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão relacionados ao cumprimento de índices financeiros calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora da Companhia Delga Participações S.A, para os quais a Companhia obteve waiver em dezembro de 2016.

Em relação ao cumprimento do prazo para divulgação das demonstrações financeiras completas após cada término de exercício social, o waiver foi obtido em abril de 2017.

## **12 Fornecedores**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores nacionais	36.012	40.330
Fornecedores do exterior	<u>669</u>	<u>1.685</u>
Circulante	<u><u>36.681</u></u>	<u><u>42.015</u></u>

Os fornecedores estão representados basicamente por obrigações por compra de insumos e prestação de serviços em geral dentro do curso normal dos negócios.

Do saldo de fornecedores nacionais, o montante de R\$ 162 mil representa saldo mantido com partes relacionados. Ver Nota explicativa nº 8.

## **13 Obrigações trabalhistas e sociais**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Ordenados e salários	2.672	1.779
Encargos sociais - INSS e FGTS	2.629	9.238
Provisão de férias e encargos	9.763	8.825
Rescisões a pagar	816	3.620
Outras obrigações trabalhistas	<u>1.276</u>	<u>1.168</u>
	<u><u>17.156</u></u>	<u><u>24.630</u></u>

## **14 Obrigações fiscais e tributárias**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
ICMS	2.645	11.963
ISS	20	12
IPI	18	-
IRRF	463	2.882
PIS/ COFINS	17.143	9.187
INSS	19.386	5.728
OUTROS	<u>6</u>	<u>6</u>
	<u><u>39.681</u></u>	<u><u>29.778</u></u>

## 15 Parcelamentos de impostos

	2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamentos tributários - ICMS	9.469	19.216	28.685
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	953	159	1.112
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	1.395	9.533	10.928
Parcelamento INSS	3.710	11.227	14.937
Parcelamento de processos trabalhistas	69	-	69
<b>Total</b>	<b>15.596</b>	<b>40.135</b>	<b>55.731</b>

	2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Parcelamentos tributários - ICMS	7.157	18.457	25.614
Parcelamento INSS Lei 11.941/09	881	1.028	1.909
Parcelamento RFB Lei 11.941/09	1.289	10.101	11.390
Parcelamento INSS	611	2.187	2.798
Parcelamento de processos trabalhistas	63	58	121
<b>Total</b>	<b>10.001</b>	<b>31.831</b>	<b>41.832</b>

### **ICMS**

Entre 2007 e 2016, a Companhia protocolou diversos pedidos de parcelamentos de débitos estaduais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), para amortização em períodos que variam de 7 a 120 meses. Referidos parcelamentos são atualizados pela taxa SELIC e vem sendo pago de acordo com os cronogramas deferidos.

### **INSS e RFB Lei 11.941/09**

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia optou por transferir todos os débitos existentes no parcelamento PAES federal para o novo programa de parcelamento instituído por meio da Lei nº 11.941/09, chamado de REFIS IV.

Em 27 de maio de 2009, por meio da Lei nº 11.941 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09, a Receita Federal do Brasil “RFB” instituiu o Programa de Parcelamento Especial, chamado de “REFIS IV”. A opção pelos parcelamentos de que trata esta lei importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos em nome do sujeito passivo na condição de contribuinte para compor os referidos parcelamentos e configura confissão extrajudicial.

Em 25 de novembro de 2009, a Companhia formalizou a opção pelo referido parcelamento, em até 180 meses, e até esta data vem cumprindo rigorosamente os requisitos legais para a manutenção do referido programa. Ressalta-se que a permanência do contribuinte no programa está vinculada com a inexistência de atraso no pagamento das prestações.

O parcelamento está constituído de acordo com as regras previstas na referida Lei sendo que, em 31/12/13, restavam para a Companhia e suas controladas de 21 a 34 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente ao parcelamento com saldo remanescente (anteriormente PAES), de 24 a 154 parcelas a serem pagas relativas ao débito referente débitos de IRPJ e CSLL, e de 74 a 87 parcelas a serem pagas relativas à débitos de INSS.

Os saldos a pagar de parcelamentos são corrigidos mensalmente pela variação da taxa SELIC.

## **16 Adiantamento de clientes**

Refere-se a valores recebidos em 2016 R\$ 15.865 ( em 2015 R\$ 14.756) a título de adiantamento de clientes por conta de pedidos de produção de peças e mercadorias que serão faturadas e entregues no exercício subsequente.

## **17 Provisões para perdas em processos judiciais**

A Companhia, no curso normal de suas atividades, esta sujeita a processos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A administração da Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>Adições</b>	<b>31/12/2016</b>
Trabalhistas	1.468	-	1.468
	<u>1.468</u>	<u>-</u>	<u>1.468</u>

A Companhia possui depósitos judiciais nos montantes de R\$ 2.670, em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 2.117 em 2015), para fazer face aos processos atualmente discutidos judicialmente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui contingências passivas no montante de R\$ 48.940 (R\$ 17.904 em 2015), na opinião de seus consultores jurídicos. O principal processo em 2016 refere-se a uma ação de execução fiscal no montante de R\$ 32.011. Portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com esse processo tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização.

## **18 Patrimônio líquido**

### **Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 49.438 (R\$ 49.379 em 2015), representado por 49.437.631 ações ordinárias nominativas (49.378.391 ações nominativas em 2015) no valor nominal unitário de R\$1,00 cada uma, integralmente subscritas e integralizadas pelos sócios, cuja abertura é conforme segue:

<b>Acionista</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Delga Participações S.A.	49.437.629	49.378.389
Maria Ione Victtolo Delgado	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>49.437.631</u>	<u>49.378.391</u>

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de dezembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$59.240, mediante a emissão de 59.240 novas ações ordinárias nominais, no valor de R\$ 1,00 cada.

### **Reserva legal**

De acordo com o estatuto da Companhia, deverão ser aplicados 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, até que o seu montante atinja 20% (vinte por cento) do capital social.

### **Política de dividendos**

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

## **19 Receita líquida**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Receita de venda de mercadorias	428.645	445.657
Receita de ferramental	14.795	18.773
Outras	380	-
Deduções da receita	<u>(112.132)</u>	<u>(118.746)</u>
Receita líquida	<u><u>331.688</u></u>	<u><u>345.684</u></u>

A rubrica de deduções da receita está assim composta:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Devoluções	(4.892)	(14.833)
ICMS	(57.678)	(58.653)
PIS	(6.934)	(7.045)
COFINS	(31.936)	(32.448)
INSS	(10.645)	(4.856)
Outros	<u>(47)</u>	<u>(911)</u>
Total de deduções da receita	<u><u>(112.132)</u></u>	<u><u>(118.746)</u></u>

## **20 Custos dos produtos vendidos**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Mão de obra direta	(45.178)	(50.336)
Materiais diretos	(160.256)	(164.091)
Outros custos diretos	(22.812)	(21.475)
Custos indiretos de fabricação	<u>(92.867)</u>	<u>(90.843)</u>
	<u><u>(321.113)</u></u>	<u><u>(326.745)</u></u>

## 21 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Despesa com pessoal	(11.529)	(13.877)
Serviços de consultoria	(961)	(811)
Gastos mercadológicos	(96)	(197)
Depreciações e amortizações	(880)	(1.221)
Seguros	(344)	(184)
Gastos com tecnologia da informação	(1.219)	(1.271)
Impostos e taxas	(277)	(189)
Despesas gerais	(1.324)	(1.269)
	<u>(16.630)</u>	<u>(19.019)</u>

## 22 Resultado financeiro

### Receitas financeiras

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros e descontos	1.110	382
Rendimentos de aplicações financeiras	397	333
Variação monetária ativa	2.228	450
Variação cambial ativa	3.220	1.319
	<u>6.955</u>	<u>2.484</u>

### Despesas financeiras

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(24.836)	(18.141)
Juros, descontos e IOF	(1.418)	(1.681)
Tarifas bancárias	(227)	(1.096)
Variação cambial passiva	(816)	(2.323)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(4.820)	(3.673)
Multa de mora	(1.759)	(2.806)
Outras despesas financeiras	(2.590)	(1.003)
	<u>(36.466)</u>	<u>(30.723)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(29.511)</u>	<u>(28.239)</u>



## 23 Imposto de renda e contribuição social

### a. Imposto de renda e contribuição social correntes

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, está apresentada como segue:

	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.146)	(27.298)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	11.270	9.281
Adição permanente de despesas não dedutíveis		
Adição reserva de reavaliação	(9.120)	(8.125)
Outros	(2.150)	(1.025)
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>		
Diferido	124	131
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	124	131
Alíquota efetiva	3,74%	4,8%

### b. Composição dos passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência, e (ii) aos efeitos gerados pela adoção do Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Depreciação	(1.198)	(1.323)
Passivo fiscal diferido	(1.198)	(1.323)

- (i) Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação aos saldos de diferenças temporárias, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e possa utilizar os benefícios destes.

## 24 Prejuízo básico por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, conforme segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prejuízo do exercício	(33.022)	(27.167)
Quantidade de ações ordinárias (nota 18)	49.437.631	49.378.391
Prejuízo por ação - básico (em R\$)	<b>(0,001)</b>	<b>(0,001)</b>

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia ações ordinárias em circulação.

## **25 Instrumentos financeiros**

### **Visão geral**

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, era de R\$ 620 representando 2 % do saldo de contas a receber em aberto naquela data.

Visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de elevado *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito com segue:

<b>Ativo</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e depósitos bancários	2.033	8.200
Aplicações financeiras	2.145	2.764
Contas a receber de clientes	17.114	28.748
Empréstimos à partes relacionadas	4.055	3.836
Outros créditos	529	716
	<u>25.876</u>	<u>44.264</u>

### **Garantias**

A política da Companhia é a de fornecer garantias financeiras apenas para empresas do Grupo Delga.

### **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016:

	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Superiores há 1 ano</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e depósitos bancários	2.033	2.033	-
Aplicações financeiras	2.145	2.145	-
Contas receber de clientes	17.114	17.114	-
Outros créditos	529	406	123
Empréstimos a partes relacionadas	4.055	-	4.055
	<u>25.876</u>	<u>21.698</u>	<u>4.178</u>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos, financiamentos	75.615	24.982	50.633
Debêntures	82.199	27.749	54.450
Fornecedores	36.681	36.681	-
Outras contas a pagar	273	273	-
	<u>194.768</u>	<u>89.685</u>	<u>105.083</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

### **Risco de taxa de juros**

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Valor contábil	
	2016	2015
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
<b>Ativos financeiros</b>		
Aplicações financeiras	2.145	2.764
	2.145	2.764
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
<b>Passivos financeiros</b>		
Empréstimos, financiamentos	75.615	79.872
Debêntures	82.199	82.086
	157.814	161.958

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2016	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>1 - Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	2.145	Variação do CDI	13,99%	300	375	450	225	150
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Empréstimos e financiamentos	(157.814)	Variação do CDI	13,99%	(22.078)	(27.598)	(33.117)	(16.559)	(11.039)
1 + 2		<b>Efeito</b>		<b>( 21.778)</b>	<b>(27.223)</b>	<b>(32.667)</b>	<b>(16.334)</b>	<b>(10.889)</b>

### **Risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras denominadas em uma moeda diferente da sua moeda funcional. A moeda na qual essa transação é denominada é Dólar Americano. A Companhia não se utiliza de instrumentos financeiros para se proteger do risco de moeda, tais como a contratação de operações de hedge, devido a administração da Companhia entender que esse risco não é significativo.

A Companhia não possui recebíveis sujeitos a flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Com relação a outros passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável.

A exposição da Companhia ao risco da moeda estrangeira foi a seguinte:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<i>(em milhares de USD)</i>		
Fornecedores do exterior	(205)	(432)
	(205)	(432)

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

	Taxa à vista		Taxa média	
	2016	2015	2016	2015
USD	3,259	3,9048	3,252	3,8690

***Classificação dos instrumentos financeiros***

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2016
<b>Ativos</b>				
Caixa e depósitos bancários	-	2.033	-	2.033
Aplicações financeiras	2.145	-	-	2.145
Contas a receber de clientes	-	17.114	-	17.114
Outros créditos	-	529	-	529
Mútuos a receber partes relacionadas	-	4.055	-	4.055
<b>Total</b>	<b>2.145</b>	<b>23.731</b>	<b>-</b>	<b>25.876</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	75.615	75.615
Debentures	-	-	82.199	82.199
Fornecedores	-	-	36.681	36.681
Outras contas a pagar	-	-	273	273
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>194.768</b>	<b>194.768</b>
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	Total em 31 de dezembro de 2015
<b>Ativos</b>				
Caixa e depósitos bancários	-	8.200	-	8.200
Aplicações financeiras	2.764	-	-	2.764
Contas a receber de clientes	-	28.748	-	28.748
Outros créditos	-	716	-	716
Mútuos a receber partes relacionadas	-	3.836	-	3.836
<b>Total</b>	<b>2.764</b>	<b>41.500</b>	<b>-</b>	<b>44.264</b>
Empréstimos e financiamentos	-	-	82.086	82.086
Debentures	-	-	79.872	79.872
Fornecedores	-	-	42.015	42.015
Outras contas a pagar	-	-	478	478
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>204.451</b>	<b>204.451</b>

## **Valor justo**

### ***Instrumentos financeiros “não derivativos”***

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

### **Hierarquia de valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

### **Apuração do valor justo**

Nível 2 - As aplicações financeiras foram registradas com base no valor de resgate naquela data, representando o melhor valor justo.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

\* \* \*

Antonio Augusto Delgado Junior  
Diretor Presidente

Luiz Nogueira dos Santos  
Diretor Administrativo Financeiro

Carlos Barboza  
Contador CRC 1SP164770/O-0